

99.º ANIVERSÁRIO DO DIA DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA, 43º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR, 96.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA LIGA DOS COMBATENTES E EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA – 11.11.2017
TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

Exmo. Senhor Presidente da República, Prof Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes

Excelência

Dá-nos V.^a Ex.^a a honra de presidir, mais uma vez, a uma cerimónia da Liga dos Combatentes.

Permita que transmita a V.^a Ex.^a o sentimento de regozijo por reconhecermos ter connosco não só o Presidente de todos os Combatentes, mas igualmente um verdadeiro Presidente de todos os portugueses.

Num momento bem recente em que V.^a Ex.^a enunciou várias fragilidades resultantes das tragédias, fragilidades que o país tem que resolver, testemunho a V. Ex.^a o pesar de todos os Combatentes e a garantia de que pode contar quer individualmente, quer como instituição, no apoio à resolução dos objetivos que definiu.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional

Exmo. Senhor General Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional em representação do Presidente e Deputados à Assembleia da República

Exmo. Senhor general CEME

Exmo. Senhor general CEMA

Exmo. Senhor Vice CEMFA em representação do Senhor General CEMFA

Exmo. Senhor representante do Gen Comandante da GNR

Exmo. Senhor representante do Diretor Nacional da PSP

Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Altas Entidades nacionais e estrangeiras, civis militares e religiosos que nos dão a honra da vossa presença.

Em meu nome pessoal e da Instituição, a que presido, agradeço a presença de V. Exas e a compreensão e os apoios que nos têm sido concedidos.

Ilustres Convidados, militares em Guarda de Honra, Porta Guiões, Combatentes e Exmas. famílias

Minhas senhoras e meus senhores.

Não é por ser tradição que nos reunimos mais uma vez neste simbólico lugar.

É por devoção e para evocação neste histórico dia do valor da Paz e do valor dos atos praticados por militares portugueses das forças armadas e membros das forças de segurança, na defesa pelas armas, dessa mesma Paz, ao serviço da qual muitos caíram para sempre.

O armistício da Grande Guerra e os Acordos de Paz de Versalhes, os Acordos de Paz com os novos países de Angola Moçambique e Guiné, no fim da Guerra do Ultramar e o 96º aniversário do nascimento da fundação nossa Instituição, como promotora dos valores, da solidariedade e da Paz, após a Grande Guerra, são motivos suficientes para essa evocação histórica.

Armistício. Arma parada, Cessar-fogo. Suspensão das hostilidades. Suspensão das batalhas. Conflito encerrado sem rendição. Mas não necessariamente acordo de Paz. Por isso necessidade de manter as Forças Armadas de ambos os lados, disponíveis para facilitar negociações e em última instância retomar as hostilidades caso necessário.

Se o Armistício tem a ver com o calar das armas, logo implicando sobremaneira o controlo e a coordenação do fator militar, o acordo de Paz tem a ver com as condições a acordar para a Paz definitiva e logo implicando sobremaneira o fator político.

Assim aconteceu na Grande Guerra com o Armistício de Erzincan, de que se evoca precisamente o centenário em 5 de Dezembro próximo, seguido do Acordo de Paz de 1918 entre a República Socialista Federativa Soviética e as Potências Centrais e assinala a saída da Rússia da Grande Guerra.

Precisamente um ano antes do Armistício de Compiègne, a 11 de Novembro de 1918, seguido do Acordo de Paz de Versalhes, seis meses depois, em 28 de Junho de 1919, entre os aliados e o Império Alemão.

Dois armistícios, dois Acordos de Paz, separados por meses, o que por vezes demora anos, como acontece com o armistício entre as duas Coreias, conseguido em 1953, que ainda não viram o Acordo de Paz assinado com os inconvenientes óbvios, nos dias de hoje, para a Paz internacional.

E se hoje assinalamos os 99 anos do Armistício e os cem anos da entrada das forças portuguesas nas hostilidades na Flandres, evocamos também os 43 anos do fim da Guerra do Ultramar, sublinhando nomeadamente o dia da independência de Angola.

É então oportuno interrogarmo-nos sobre quais foram os Armistícios que precederam os Acordos de Paz com Angola, Moçambique e Guiné e qual o período que mediou entre eles e se às forças armadas foi dado tempo e condições para se manterem operacionais até que os acordos de paz fossem assinados.

O golpe de estado e a revolução que se seguiu não terão permitido a aplicação destes tempos estratégicos com os resultados dramáticos que se conhecem. Houve Acordos de Paz sem que se tenham criado condições para prévios e seguros armistícios.

Macau foi uma exceção. Não havendo conflito armado mas havendo igualmente quem defendesse a passagem imediata para a administração Chinesa, levou vinte anos para que a transmissão pacífica se verificasse, com honra para ambas as partes

Acontece porém que os próprios países a quem foi conferida a independência, souberam, face à guerra civil que sofreram, encontrar tempos para os seus armistícios mantendo operacionais as suas forças de parte a parte, enquanto dialogavam, e quer em Angola quer em Moçambique, só depois de estabelecidas as condições e conferidas todas as garantias de segurança e objetivos a atingir por cada uma das partes, foram assinados os Acordos de Paz. E demorou anos de diálogo duro e de conflito para que tal acontecesse.

Exmo. Senhor Presidente da República

Este Forte do Bom Sucesso, este monumento, este memorial conjuntamente com a Torre de Belém evocam 600 anos de História de Portugal Além Atlântico.

Este espaço e este monumento onde anualmente nos reunimos, já ultrapassa hoje, o conceito restrito de Ultramar e situa-se no seu sentido lato e abrangente que o conceito britânico traduz em duas palavras: "*overseas*" e em francês "*outrre-mer*".

Com um memorial central dedicado aos combatentes do Ultramar, com 184 lápides e cerca de 10.000 nomes, com uma capela e um memorial com os restos mortais de um soldado anónimo vindo da Guiné, é tudo parte integrante do Museu do Combatente. Materializam o conceito alargado de Ultramar e a homenagem à ação das forças armadas ao serviço de Portugal, bem evidente na primeira placa que à esquerda do memorial tem inscrito : " ao Soldado de Portugal".

Outras lápides assinalam esse conceito de Ultramar que protagonizado em operações de paz e humanitárias nos dias de hoje pelas forças nacionais destacadas, simbolizam uma constante histórica iniciada em 1415 em D. João I na conquista Ceuta.

Forças Nacionais Destacadas que homenageamos com uma lápide onde infelizmente inscrevemos já vinte nomes de militares caídos ao serviço do país.

Finalmente uma lápide assinala os 50 anos do início da Guerra do Ultramar e hoje Sua Ex^a o Presidente da República descerrará uma lápide, ao lado daquela, evocando o centenário da entrada do CEP (Corpo Expedicionário Português) em operações no teatro europeu na GG (Grande Guerra).

Exmo. Senhor Presidente da República

Minhas senhoras e meus senhores

Hoje, que o Bem que aqui estamos evocando, a Paz, é diariamente interrompido por episódios que evidenciam ameaças de âmbito global;

Uma de baixa intensidade, em termos militares, já em desenvolvimento: o terrorismo;
Outra, de alta intensidade e periculosidade, que ameaça o fim de uma era de Paz pela dissuasão Nuclear;

Permitam-me dar o meu contributo para a paz e segurança relativamente à primeira situação por estar já em curso há anos apresentando grande imprevisibilidade quanto ao lugar de aplicação.

Sem comentários justificativos, enumerarei apenas algumas medidas que considero importantes sejam tomadas. De extraordinária e difícil aplicação, controversas, mas frontais, realistas e de extrema utilidade, pois uma vez interiorizadas e adotadas garantiriam mais tranquilidade, mais paz e segurança.

Enumero assim oito medidas como contributo para a Paz e Segurança, em Portugal e na Europa face à ameaça do terrorismo:

1. Realização de encontros sucessivos dos responsáveis máximos das principais igrejas por forma a acordarem uma ação conjunta que minimize as ações violentas de âmbito religioso e preconize uma verdadeira Estratégia dos Espíritos;
2. Criação, para a juventude, de um sistema integrador de valores da sociedade pelos quais valha a pena lutar, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Só um serviço cívico de tipo militar garante à juventude a transmissão desses valores e o preenchimento do vazio atual;
3. Sem prejuízo das medidas atuais, controlo efetivo das fronteiras nacionais e da União Europeia que permita identificar quem sai e quem entra;
4. Formação e responsabilização individual dos cidadãos no âmbito da Paz e Segurança por forma a constituírem-se em elementos válidos do sistema de segurança nacional;
5. Investimento prioritário nos sistemas dos serviços de informações que garantam a sua eficácia e permitam detetar por antecipação as ameaças;
6. Criação e manutenção de Programas governamentais efetivos contra a fome, a exclusão e o vazio de valores;
7. Ação direta sistemática sobre os prevaricadores conhecidos, por forma a conduzir à sua neutralização definitiva e antecipada quer pelo investimento económico quer quando necessário pela violência.
8. Plano de Concertação Estratégica da Comunicação Social a nível europeu, no âmbito da Paz e Segurança, evitando tornar-se em correia de transmissão e ampliação, úteis aos objetivos do adversário.

Minhas senhoras e meus senhores.

Há 96 anos três combatentes reuniam-se com uma ideia que sendo patriótica e humanitária nunca pensaram que a mesma tivesse o êxito que perdura.

É tradição neste dia, em que nos aproximamos do fim do ano, fazer breves referências ao que de mais significado aconteceu durante o ano em curso, no que à Liga dos Combatentes diz respeito.

Permitam-me que comece por referir uma decisão de Sua Exa. o Presidente da República que muito nos tocou e tocou todos os combatentes: - O facto de V. Exa. ter decretado a Reabilitação Moral do soldado João Ferreira de Almeida, único militar fuzilado durante a Grande Guerra, precisamente no dia do centenário da sua morte.

A decisão de V. Exa. ouvidos o Governo e os Chefes de Estado Maiores, favorável à proposta da Liga dos Combatentes, foi não só um ato que trouxe reconciliação dos combatentes consigo próprios e grande Paz de espírito, como representa a reconciliação de Portugal consigo mesmo, no âmbito dos direitos humanos e das profundas raízes e justificações da real abolição da Pena de morte em Portugal.

Permita-me uma palavra de agradecimento ao Sr. Ministro da Defesa Nacional Dr. Azeredo Lopes pelo empenho colocado na resolução deste problema, de não fácil interpretação jurídica.

Outro momento de grande significado simbólico foi o ocorrido neste espaço no passado dia 29 de Maio. Pela primeira vez se realizou uma cerimónia de homenagem aos combatentes das Operações de Paz caídos ao serviço de Portugal e aos vivos que se têm batido em Forças Nacionais Destacadas. O dia 29 de Maio é dia dos Capacetes Azuis da ONU. Com representantes de todos os ramos das Forças Armadas e da Liga dos Combatentes e após a colocação de uma coroa de flores junto à lápide com os seus nomes, seguiu-se uma conferência com a participação de combatentes das Operações de Paz.

Também neste lugar e no respeito por recomendações da ONU que definiu o dia 21 de Setembro como o dia Mundial da Paz e de recomendações da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, a Liga dos Combatentes e a Associação de Deficientes das Forças Armadas, membros daquela Federação e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, levaram a efeito a já tradicional Marcha dos Combatentes Pela Paz com centenas de participantes. Foi lida uma mensagem do Presidente da ONU, Dr. António Guterres e colocada uma coroa de Flores no Monumento aos Combatentes.

O Museu do Combatente, pela primeira vez e o Monumento aos Combatentes do Ultramar, pela segunda vez, receberam os Prémios Tripadvisor 2017, resultantes da excelência da opinião pública, obtida dos seus visitantes.

Sublinho também os 300 atos de evocação do Centenário da Grande Guerra levados a efeito pela Liga dos Combatentes em todo o país e no estrangeiro com conferências, exposições, parcerias e cerimónias entre as quais se situa aquela a que estamos assistindo.

No âmbito do apoio social e da saúde para além do apoio dos Núcleos e dos Centros de Apoio Médico, Psicológico e social a milhares de Combatentes e famílias, saliento a inauguração oficial por Sua Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional Dr. Marcos

Perestrello da Residência S. Nuno de Santa Maria na cidade de Estremoz, hoje funcionando a cem por cento.

De relevo igualmente a evocação do Centenário da Casa dos Filhos dos Soldados com a presença do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, no que é hoje o Complexo Social Nossa Senhora da Paz, no Porto, com uma residência para idosos, uma creche e um jardim-de-infância, materializando uma verdadeira estrutura de apoio intergeracional.

Temos esperança que V. Exa., Senhor Presidente da República, um dia possa visitar estas duas estruturas Sociais no Porto e em Estremoz, que nos honram e dignificam pelo serviço que estão prestando ao país e aos combatentes e famílias.

Alguns aspetos, porém, foram vividos no corrente ano como factos negativos. Hoje saliento dois.

Como fator negativo do ano, continua a ser a aplicação à Liga dos Combatentes do Princípio da Onerosidade, o que todos os órgãos sociais da Liga dos Combatentes, enquanto instituição promotora da Cultura, do Ensino, da Saúde e da Solidariedade, isentas por Lei, consideram injusto, imoral, ilegal e incumprível.

Dos 120 imóveis da Liga dos Combatentes, há seis, cedidos pelo Exército há décadas, por protocolo, nomeadamente o que temos à nossa frente, pelos quais os Governos de Portugal através do Ministério das Finanças faturaram nos últimos três anos à Liga, cerca de um milhão de euros de renda, a que corresponderia um aumento de 50% porque não pagámos. Não pagámos porque não podemos pagar.

Como fator negativo de vários anos sou moralmente obrigado a assinalar um sentimento de frustração generalizado dos combatentes. A lei 3/2009, conhecida pela “Lei das Tretas”, em vigor há oito anos, que fez a alteração da Lei 9/2002, transformou, segundo eles, em “esmola” o chamado Complemento de Pensão sobre o qual se fez recair o IRS.

Julgámos que, no mínimo, a reposição da Lei 9/2002 que vigorou durante sete anos, ou outra solução semelhante, seria justo e bem aceite pelos milhares de combatentes e famílias, e evitaria as permanentes tomadas de posição, sucessivas exposições e outras atitudes permanentes mais ou menos abertas, de Combatentes e Grupos de Combatentes, que se revelam inconformados e descontentes com a sua própria Pátria.

Exmo. Senhor Presidente da República

Excelência

A Liga dos Combatentes e os Combatentes ficar-lhe-iam gratos se V. Exa. Inscrevesse estes dois pontos na sua pesada agenda de atenções.

Exmo. Senhor Presidente da República

Excelência

Minhas senhoras e meus senhores

Não podendo nem devendo alongar-me mais neste dia de evocação de Armistícios e da Paz, termino buscando inspiração no Hino do Exército com letra de Adolfo Muller quando afirma:

*"Iremos até onde a Pátria for
E seja em Paz ou seja em guerra
Que este clamor
Vibre imortal
De mar em mar
De serra em serra
Portugal ! Portugal ! Portugal!"*

Eu direi com plena convicção do que afirmo e em nome de todos os Combatentes que dirijo e represento:

*"E fomos até onde a Pátria quis
Quer fosse em Paz, quer fosse em guerra.
Vibrou imortal pelo país
Aquele clamor
De mar em mar
De terra em terra,
Portugal ! Portugal ! Portugal!"*

Belém, 11 de Novembro de 2017
O Presidente da Liga dos Combatentes
General Joaquim Chito Rodrigues